

**18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de julho de 2017, Brasília (DF)**

Grupo de trabalho 02

Memória Social e Poder: os desafios contemporâneos

Fatos de memória transversa e palimpsestos urbanos no tempo da *dissuasão civil*: observações sobre guerrilha, *stalking* e *flânerie* como artifícios metodológicos

Facts of transverse memory and urban palimpsests in times of civil deterrence: observations on guerrilla, stalking and flânerie as methodological artifice

Júlio César de Lima Bizarria*

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS/UNIRIO).

Resumo

Esta comunicação, estribada empiricamente em fatos sociomnemônicos transversos ligados às favelas cariocas e às lutas que ensejam, recolhidos na cidade por meio da observação taciturna, propõe a apreciação das potencialidades metodológicas decorrentes a partir das figuras da guerrilha, do *stalking* e da *flânerie*, com o fito de realçar uma tradição de crítica urbana que, embora deliberadamente não etnográfica, permanece matricialmente sociológica. A iniciativa se justifica no horizonte de enriquecer o campo interdisciplinar da memória social a partir análise de processos capazes de deslocar o mnemocentrismo e a dicotomia memória-esquecimento, lançando luz sobre transformações sociais relevantes em meio a memórias e identidades rejeitadas, suprimidas ou apagadas. A intensidade da sucessão urbana na cidade do Rio de Janeiro produz-lhe uma profusão de tais materiais, disponíveis até mesmo à observação incidental. Em tempos nos quais a pesquisa em ciências sociais é tolhida por diferentes artifícios institucionais, ora apresentados como regulações exógenas sobre ética, ora como a inteira constituição de uma atmosfera de dissuasão civil, essa espécie de observação e suas técnicas prometem-se úteis, pois intrinsecamente infensas à investida, capazes de revidá-la com novas práticas de pesquisa e ação política.

Palavras-chave: Memória social; estudos urbanos; autoritarismo.

Abstract

This paper, empirically supported by transverse socio-mnemonic facts associated to the context of favelas in the city of Rio de Janeiro and the controversies they stir, collected across the city by means of taciturn observation, proposes the assessment of consequent methodological potentialities within the figures of guerrilla, stalking and *flânerie* in order to bring forth a tradition of urban critique which, though deliberately non-ethnographic, remains fundamentally sociological. This initiative is justified in an effort to enrich the interdisciplinary field of memory studies with the analysis of processes that can displace Western mnemocentrism and its memory-forgetfulness dichotomy, casting light on relevant social transformations amid memories and identities often rejected, suppressed or effaced. The intensity of urban succession in the city of Rio de Janeiro produces an abundance of such materials, evident to even incidental observation. At times when research in the field of Social Science is harassed by myriad institutional invectives, either presented as exogenous regulations on research ethics, or as the open constitution of an atmosphere of civil deterrence, taciturn observation and its techniques seem most promising, for intrinsically impervious to said attack, able to fight back with new practices for research and political action.

Keywords: Social memory; urban studies; authoritarianism.

1. Prelúdio aos fatos e processos sociomnemônicos transversos

O desenvolvimento dos estudos da memória, um tanto jovem como campo interdisciplinar, já clássico como província das especialidades que se lhe dedicaram isoladamente desde fins do século XIX, ocorre sobre pano de fundo longo, presente em diversas tradições intelectuais do ocidente, e do qual assoma a dicotomia fundamental entre memória e esquecimento. Nessa série, enquanto a memória é exaltada como termo axial, imprescindível à condição sócio-histórica da humanidade, o esquecimento aparece como mero suplemento, matizando formas de falha cognitiva individual ou coletiva. Depõe pela força desse mnemocentrismo o temor e o gravame de suas formas individuais (evidentes nas crônicas de senilidade e demência) ou coletivas, com a palavra de ordem do “não esquecerás” agitando o âmago das políticas da memória ao curso de larguíssimo período, da Escritura judaico-cristã ao Holocausto, da conquista europeia da América às recentes comissões nacionais da verdade, entre outras iniciativas de justiça reparativa.

Entre as ciências sociais, a primeira formulação sistemática de um conceito de memória coletiva remonta à obra de Maurice Halbwachs, que aproveita a um percurso anterior no estudo da filosofia, traçado na amizade e na proximidade com o pensamento de Henri Bergson. A acomodação posterior desse percurso à noção de representações coletivas, de Emile Durkheim, permitiu a Halbwachs estabelecer a memória como o próprio nexos da coesão social¹. Posteriormente, já em diálogo mais próximo com províncias além das ciências sociais, a literatura buscou deslindar essa função gregária da memória a partir da política de Estado, apreciando o valor de datas comemorativas, símbolos nacionais e tradições produzidas ativamente, outrossim, “inventadas” (HOBBSAWM, 1983), com o fim de imbuir os indivíduos dos sentimentos de identificação mútua que lhes permitissem experimentar o nacionalismo e a cidadania política moderna pelo viés das chamadas comunidades imaginadas (ANDERSON, 1991). Para além do sentido estatal ou cívico desses signos, trabalhos como os de Michel Pollak atentam para seu papel na conformação identitária e afetiva de grupos sociais específicos (POLLAK, 1989; 1992).

¹ Enquanto o reconhecimento do caráter seminal da obra de Halbwachs sobre a memória é relativamente pacífico nas ciências sociais, a leitura usual de seus *Cadres sociaux de la mémoire* (1952) e *La mémoire collective* (1968) tende a exagerar a solução de continuidade que divide o trabalho e a pessoa do autor entre dois mentores. Middleton e Brown (2005) propõem a exploração dos pontos de contato e das continuidades entre as fases “filosófica” e “sociológica” de Halbwachs.

Confrontados com o problema do esquecimento, esses autores tensionaram os quadros sociomnemônicos de Halbwachs sem chegar a rompê-los, pois ainda se movimentavam sob o feitiço persistente do mnemocentrismo, cuja força era, afinal, difícil subestimar. Com efeito, era já sob sua embriaguez que Nietzsche se permitia celebrar os sofrimentos da memória na própria fundação da cultura, em seu soerguimento sobre a natureza: “talvez nada exista de mais terrível e inquietante na pré-história do homem do que a sua mnemotécnica”. (NIETZSCHE, 2007:50). Em termos não distantes, o historiador conservador se permitiria lamentar o esquecimento como a perda, pelo presente, de um contato íntimo e outrora existente com uma “história viva”; gestos que lhe quisessem resistir permaneciam simples “empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais” (NORA, 1993:13).

De maneira ambígua, a partir do próprio imperativo da memória política, os reveses políticos e sociais do século XX também perturbaram noção de esquecimento: a passagem ao novo século impelia irresistivelmente nessa direção. A ideia de que o esquecimento poderia ser pensado como um processo sociologicamente mais complexo que o simples reverso maldito da memória coletiva foi sugerida por Marc Augé, que propôs tratar-se de necessidade inelutável da existência social, compreensível sob as formas do *retorno*, da *suspensão* e do *recomeço* (AUGÉ, 2001). Andreas Huyssen, discutindo o papel do esquecimento na formação de culturas políticas democráticas na Alemanha e na Argentina, exemplificava essa característica funcional (HUYSEN, 2014), enquanto Ivan Izquierdo, corroborando Augé, lhe concedia estribo nos avanços da neurofisiologia da memória (IZQUIERDO, 2010). Paul Ricœur, em seu extenso e derradeiro trabalho, tratava brevemente as vicissitudes do perdão: vaticinando “as armadilhas da anistia-amnésia”, recusava ao esquecimento uma esfera autônoma com relação à memória (RICŒUR, 2000:655-6). Tais (im)possibilidades de uma arte do esquecimento, conformadas em síntese literária de suas faces na história da cultura ocidental, eram revisitadas por Harald Weinrich, em seu ambicioso *Lethe*: a necessidade do esquecimento como condição para sobreviver à memória do Holocausto permitia contrastar os destinos de Primo Levi, que sucumbe à impossibilidade de esquecer, e de Jorge Semprún, que sobrevive como efeito de seu sucesso em *reprimir* as memórias do cativo em Buchenwald, entre as quais as de haver assistido um debilitado Halbwachs nos últimos momentos de sua vida (WEINRICH, 2004:193).

O desenvolvimento recente da literatura parece, portanto, permeável à proposta de Anne Whitehead, progressivamente mais apto a considerar as formas sociais do esquecimento em “em toda sua complexidade” (WHITEHEAD, 2009:157). Mas se essa reabilitação do esquecimento é uma realização notável, condição para a própria renovação do campo, a dicotomia milenar ainda assombra, insinua-se na persistente reticência com que esses autores o abordaram. É que deslocar a atenção ao outro polo da dicotomia ainda não é o mesmo que afastá-la por inteiro: desembaraçar-se do mnemocentrismo exigiria desfazer seus termos, encontrar regimes de produção e circulação sociomemônica capazes de produzir efeitos de transversalidade (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

É possível recolher, de modo não exaustivo, uma variedade desses fatos e processos sociomnemônicos transversos: a psicanálise e a história oral, por exemplo, já os encontravam em profusão. A brevidade exigirá, porém, permanecer junto àqueles que nosso próprio percurso de pesquisa pôde encontrar (BIZARRIA, 2015; 2017), e que mais diretamente interessam à problemática proposta por este II Grupo de Trabalho do XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia, quais sejam, os desafios contemporâneos do campo da memória social e suas intersecções com o poder. Mais especificamente, esta comunicação buscará discutir dificuldades que as atuais configurações do poder, em diversas dimensões e instituições, impõem aos estudos da memória nas ciências sociais, e que alternativas a conjuntura apresenta no nível dos métodos da pesquisa qualitativa e da ação política democrática.

2. Alteridades fundamentais e formação da *dissuasão civil* na urbe carioca

Em esforço que nos trouxera originalmente à investigação em memória social, afastando-nos, correspondentemente, das práticas de pesquisa mais frequentes em história social, buscamos assinalar a centralidade do incêndio controlado da favela do Morro do Pasmado, na Enseada de Botafogo, em começos de 1964, como gesto inaugural de um processo sistemático de repressão, expulsão e reassentamento de moradores de favelas cariocas que durou até meados dos anos 1970, quando arrefecia ao fluxo de uma nova conjuntura política de aspectos local, nacional e geoestratégico-global. A própria paisagem da Enseada antecipava à pesquisa um fato sociomnemônico transversal, presente mesmo em sua etapa exploratória.

É que a Enseada de Botafogo, passagem natural do centro histórico da cidade do Rio de Janeiro à sua porção meridional, à qual o capital imobiliário já concedia forte vocação turística, fora produzida sistematicamente, pelo discurso urbanístico hegemônico, com a finalidade constituir o grande e impecável cartão postal, a representação metonímica nacional, posta em vitrine para o estrangeiro. Sua forma atual, porém, contém, os rastros e subtextos de um passado que se buscou, deliberadamente, apagar, suprimir e reduzir a cinzas: trata-se de um *palimpsesto urbano*, no sentido que Huyssen dera à expressão ao analisar a sucessão urbana de Berlim em meio às políticas de memória desenvolvidas por uma Alemanha recentemente unificada: “cidades são palimpsestos da história, encarnações do tempo em pedra, locais de memória estendidos sobre o tempo e o espaço.” (HUYSSSEN, 2003:101). No caso do palimpsesto do Pasmado, denunciava-o a moça de Carrara instalada na esquina da Rua Farani e chamada, pelo já longínquo escultor, *Poesia das ruínas*. Seu olhar, dando para o mirante postiço que sucedeu a favela no tecido urbano, convidava à recuperação de narrativas que, afinal, pareciam sobreviver aos mais dramáticos esforços pela sua destruição.

A centralidade do Pasmado — sugerida amplamente pela literatura desde os anos 1970, apesar da brevidade das remissões — afirmava-se em várias dimensões. Temporalmente, antecedia em cinco anos o incêndio bem mais conhecido, mas até hoje de causa não sabida, que consumiu a Praia do Pinto, favela que margeava a Lagoa Rodrigo de Freitas. Politicamente, e de modo paradoxal, o Pasmado assinalava o recrudescimento da política oficial de remoções, por um lado, e fornecia inéditas condições de aglutinação e mobilização para a militância das favelas cariocas dos anos 1960, por outro². Por fim, e de maneira surpreendente, o incêndio informava, por via caprichosa e profundamente ambígua, os processos narrativos desenvolvidos nas favelas cariocas no século XXI: foi possível perceber que sua militância hodierna, intensamente capilar e radicalmente diversa do espírito associativo centrípeto de outrora, parece possuir, inobstante, uma conformação orgânica de seus investimentos memoriais, uma *mnemotécnica social transversa*, que orienta e especializa funcionalmente a produção e a circulação de narrativas.

² Trabalhos como os de Eladir Santos (2009) e Juliana Oakim (2014), demonstrando a persistência das narrativas subalternizadas, mesmo em contextos de agressiva repressão e cerceamento da palavra, analisam o proveito político do episódio do Pasmado para o conjunto da militância das favelas cariocas desde os anos 1960 até fins do século XX.

Segundo esse regime, as fileiras da militância tendem a entreter um só incêndio, tomado sob forte valor de *exemplaridade* — como a concebera Tzvetan Todorov (2004) — e capaz de instrumentalizar pedagogicamente o trauma social. Esse grande incêndio conjuga os da Praia do Pinto e do Pasmado a uma inteira constelação de outros incêndios, históricos ou ficcionais, mas, em todo caso, *imaginados e virtuais*, capazes de recordar pujantemente aos militantes a atualidade e a hostilidade do urbanismo de exceção que lhes confronta. Coadas pela passagem do tempo imemorial que as faz derivar sincrônica e diacronicamente, as imagens são capazes de impelir essa militância na direção da ação política concreta³. Há, como face complementar desse regime, entre os militantes, um número reduzido de agentes da memória (JELÍN, 2002) a quem as literalidades e os pormenores históricos são confiados; seria apressado, porém, ver somente nestes a inteligência orgânica das favelas, pois ela parece difundir-se de modo mais ou menos equânime entre as duas formas de função sociomnemônica. A capilaridade militante é decisiva, aqui: ambos os tipos de agentes de memória se empenham em uma variedade de formas culturais e narrativas, como também reúnem horizontal e verticalmente uma pluralidade de bandeiras políticas e campos do tecido social.

Com a política de remoções de favelas reaquecida durante a prefeitura de Eduardo Paes, essa divisão do trabalho memorial foi decisiva para que favelas da cidade resistissem à sanha do urbanismo de exceção, animado pelo chamado empreendedorismo urbano e pela tendência à mercantilização de todas as formas de equipamento urbano. Percorremos a produção sobre a cultura dos grafites na favela pós-moderna⁴, e buscamos acompanhar a renovação dos murais em uma cidade já agitada pela antevéspera da Copa do Mundo, apressando-se na direção de mudanças que atingiriam o cerne do regime político e da relação entre Estado-nação e sociedade, no Brasil. Ainda não nos voltáramos, então, para essa ordem de problemas, preferindo desenvolver a noção do que passaríamos a chamar de fatos e processos sociomnemônicos transversos. Persequimo-los com obstinação sobre os muros da cidade, como sobre seus apagamentos e velamentos.

³ Opera aqui, deveras, a espécie de ruído criativo que Michel Pollak identificara no mecanismo sociomnemônico das *memórias vividas “por tabela”* (POLLAK, 1992:211), como do móvel afetivo que engendra as memórias subterrâneas (POLLAK, 1989:5).

⁴ O trabalho de Fernanda Rodrigues, aqui, é notável em seu tratamento da complexidade dos grafites e das relações entre as figuras do artista, do morador e do militante em torno da iniciativa de restauração dos murais das “casas-tela” do Museu de Favela, em Ipanema, e de como cada um desses atores enfrenta as problemáticas da efemeridade e da autenticidade que o grafite supõe.

Algumas dessas figuras sociomnemônicas transversas remontam à maturidade de Sigmund Freud, quando seu *Mal-estar na civilização* (2010) permitia aos conceitos de sublimação e repressão, entre os mais relevantes de seu pensamento, alçar definitivamente à dimensão coletiva e civilizacional do edifício psicanalítico. Encontramos ambos em duas peças diferentes, que não conhecemos diretamente, mas que deram desde logo a saber que a psicanálise dos grafites e da arte urbana seria francamente inesgotável em qualquer trajetória de pesquisa.

A primeira peça era a instalação dos holandeses Jeroen Kolhaas e Dre Urhahn, o grafite sobre a rocha, em longa escadaria da Vila Cruzeiro, e que seus artífices chamaram, com justeza e riqueza polissêmica, de *Rio Cruzeiro* (HAAS; HAHN, 2009). A intervenção, parte do projeto *Favela Painting*, realizada junto com moradores interessados, enfrentava o desafio de, empoderando-lhes, furtar-se às polêmicas e a tensão provocadas pela expectativa da instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora no Complexo da Penha. A representação das carpas vermelhas vencendo a corrente rio acima, parte de uma distante lenda xintoísta acerca da perseverança, consiste no modo sublime de recuperar o gesto total das favelas cariocas e de sua militância ao longo de mais de um século de (re)existência.

A segunda peça nos apareceu comentada com maior detença em texto de Lila Varo (2014) sobre as intervenções artísticas no morro Santa Marta, em Botafogo, particularmente aquelas assinadas por seu morador, o artista Wellington “Swell” Demuner. Trata-se de mural no qual um menino negro, em uniforme escolar, composto meticulosamente para afastar as credenciais negativas que o discurso hegemônico da cidade lhe sugeriria e para negociar, pelo uso das cores, com os diferentes poderes daquele contexto, toma uma fotografia da paisagem a partir do ponto onde se encontra o mural. *Alter ego?* Ao lado da estátua comemorativa da passagem de Michael Jackson pela favela, o birosqueiro sorri, sob uma lâmpada, acessa em plena luz do dia, tendo diante de si, sobre seu balcão, um copo de água límpida. O conteúdo reprimido da imagem, na disposição marginal da lâmpada e do copo, a despeito das preciosas remissões desses dois elementos em si mesmos (a *Guernica* de Picasso, as várias formas da Última Ceia e de outras *naturezas mortas* etc.), remete às lutas históricas da favela pelo acesso à energia elétrica e à água potável: apenas Marcel Camus, celebrado demiurgo da favela romântica, conseguiu fazer mulheres carregarem latas d’água morro acima e sorrirem ao mesmo tempo.

Uma terceira peça, mais distante, por nós registrada diretamente em meados de 2010, descendo o mirante natural da rua Oswaldo Seabra em direção à Rua das Laranjeiras, reconduziria a investigação dos processos sociomnemônicos transversos na direção das preocupações mais prementes das favelas cariocas e de sua militância: a fragilidade da vida e a resistência ao etnocídio, estabelecido como política de Estado. Será o único registro reproduzido aqui, de modo ilustrar o fato sociomnemônico mais *intrigante* que nos foi possível recolher até então.



Autor desconhecido. (2010?) *Sem título*. Grafite. (Detalhe). Intervenção situada em travessa conectando dois segmentos da Rua Cardoso Júnior, no bairro das Laranjeiras. Fotografia do autor (maio de 2010).

Foi infrutífera a busca pela autoria dessa peça: as marcações, que incluem a alusão a conhecida facção de narcotraficantes, são, provavelmente, posteriores à realização do mural. O projeto colaborativo #StreetArtRio⁵, que busca mapear os grafites pela cidade, também indica autoria não sabida. Apresenta, porém, registro posterior, no qual uma menina posa sobre uma composição bem mais deteriorada.

⁵ Disponível em: < <https://streetartrio.com.br/>>. Acesso em 20 de maio de 2017.

Parece bastante significativo que o autor do mural permaneça, mesmo após tantos anos, incógnito, *Anonymous*, como o coletivo de ativistas parodiado no vértice superior da composição, mas com a cifra inconfundível do capital substituindo a tradicional interrogação sobre o costume alvinegro. É ela, de fato, que organiza, preside e oficia toda a composição e o processo — a um tempo sensual e sangrento — que encerra. Os olhares vazios de todas as outras personagens parecem sugerir uma negação da agência individual, devolvendo-nos ao tema imemorial do *daimon*, que toma e *possui* a inteligência a seu serviço. Embora a composição conserve dois lados claramente distintos, a cidade não é tão partida quanto jungida pela dança curiosa que se desenrola em seu centro — em óbvia remissão às telas de Paul Gauguin. Devemos à contemplação desta peça a primeira intuição de que a morte violenta na cidade do Rio de Janeiro poderia quadrar a processos sociomnemônicos dramáticos, de natureza resolutamente *pararreligiosa*, originalmente pensados em proximidade àquilo que Robert Bellah (1991), por inspiração de Rousseau, Tocqueville e Weber, chamara de religiões civis. No centro, há somente um rosto verdadeiramente atônito, inequivocamente estupefato: seu nome é teoria social.

Esta cena e o contexto social e político que permitiram sua naturalização, na cidade do Rio de Janeiro, permitem-nos propor que seu discurso urbanístico hegemônico, desde o momento em que a cidade buscava desembaraçar-se do passado colonial, elegeu os moradores da favela como sua alteridade fundamental⁶. Essa alteridade assume uma diversidade de formas, segundo a época: são as classes perigosas que a infância da República brasileira aprendia, na Europa, a reconhecer e aclimatar ao feitio de seus sertanejos⁷; são o perigo negro — africano ou anarquista — e vermelho — ameríndio ou comunista — que se insinua sobre o mundo urbano e civilizado; transformam-se, com o arrefecimento do regime militar, na clientela do político, do sacerdote, do soldado, do varejista e de todas as suas facções em deriva. Com a ascensão de governos decididos à conciliação de classes e a um pacto social-democrático para a República, transformam-se nos destinatários putativos da assistência social que tanto se vitupera nas elegias do neoliberalismo.

⁶ Remetemos aqui à proposição original dessa noção na discussão mais exaustiva que realizamos, outrora, sobre os povos nômades como alteridades fundamentais da história ocidental, na obra de Arnold J. Toynbee, e de sua apropriação coletiva, por Gilles Deleuze e Félix Guattari (BIZARRIA, 2017).

⁷ Licia Valladares apresenta as relações constitutivas que aproximam a favela do imaginário sertanejo em seu *A invenção da favela* (VALLADARES, 2005). Sua busca pelo “mito de origem” da favela carioca sugere haver, porém, “mais de dois, muito mais de três”, cantava Zé Keti: massa de narrativas díspares, toda uma *mitopoética das origens*, muito sensível aos processos sociomnemônicos em tela.

Um trago desse *Molotov*, no centro inferior de nosso obscuro mural permitirá retornar às vésperas da Copa do Mundo e às chamadas “jornadas de junho” de 2013. A exigência da brevidade, novamente, nos constrange a tomar o atalho que nos pareça mais adequado para apreciar os significados das manifestações que, à primeira hora, foram saudadas como evidência de esplendente pujança democrática. Buliram, decerto, com potências políticas colossais, mas soçobraram depressa no narcisismo da turba que “de repente se vê refletida na fachada de um prédio e, porque refletida, porque consegue enxergar a si mesma, faz pose e começa a gritar festivamente” (FUKS, 2014:20). Mas o que consegue ver o seu *olhar vazio*?

A capilaridade das reivindicações sociais, que pertence, em seu conjunto, ao século XXI e à propalada crise das metanarrativas (LYOTARD, 2011), chega de modo derivado à militância das favelas cariocas; trai a estas, como às massas do “asfalto”, quando o pavor hobbesiano determina a repressão estatal violenta. Para justificá-la, sempre *a posteriori*, o corpo do vândalo é produzido pelas sátiras — gráficas e textuais, como sugere a análise de Marcos Costa (2016) — de uma imprensa venal, determinada a trabalhar pela realização desembaraçada dos jogos, indiferentemente a qualquer custo social ou político. A diversidade das bandeiras e palavras de ordem cede às forças de conformação mais estável, que levam o movimento de conjunto vertiginosamente à direita, pela via da bandeira, sedutora do ápice à base da estrutura social, do “combate a corrupção” (SINGER, 2013:35). Torna-se evidente, após o golpe de Estado de 2016, que a captura das jornadas pelo grande capital foi um gesto preliminar, ora circunscrito à mercantilização da cidade, no objetivo mais amplo de efetivar “uma cruzada conservadora e reacionária contra os avanços sociais no campo das ‘minorias’ como forma de promover um retrocesso cultural e ideológico no país” (BRAZ, 2017:95). Trata-se de ruptura constitucional *tout court*, sem quaisquer dos apêndiclos risíveis que o espírito contemporizador busca emprestar-lhe: nem “parlamentar”, nem “institucional”, nem “judiciário” etc.

É quando a conjuntura começa a ficar saturada de elementos de diversão que a análise passa a exigir atenção às grandes estruturas que, no tempo e no espaço, determinam o sentido das variáveis de alcance mais estreito. São, frequentemente, os estudos comparativos e, mais seriamente ainda, os textos clássicos das ciências sociais, os que melhor permitem escapar às confusões da conjuntura e colocar, finalmente, o problema dos *efeitos* dessas injunções sobre as práticas de pesquisa.

Seria ingênuo conceber a distensão do regime militar e a formação da Sexta República brasileira sob o verniz salvacionista de uma democracia que surgiria, acabada e perfeita, a partir da prestidigitação de Suas Excelências do Colégio Eleitoral. Antes, o novo regime surge marcado por todas as vicissitudes de outrora. Recolhem-se duas, exemplificativamente. A primeira, que remonta à peculiaridade da transição política brasileira, efetuada sob um processo de anistia espúrio, sem qualquer renovação nos quadros das instituições repressivas em quaisquer dos três poderes, com decorrente manutenção de seu consenso em torno do *inimigo interno* e dos preceitos fundamentais da Doutrina de Segurança Nacional, consiste na peculiar cultura política que Anthony Pereira (2005) divisou como nossa *legalidade autoritária*, paradigma duradouro da relação entre Estado e sociedade, capaz de produzir, a partir da norma jurídica mais progressista, a aplicação mais reacionária. A segunda é o sucinto magistério de Florestan Fernandes, capaz de explicar tanto a agressividade da repressão às manifestações e a criminalização dos movimentos sociais quanto a frustração tão embaraçosa do projeto de conciliação de classes ao qual o Partido dos Trabalhadores se empenhou entre 2003 e 2016: nas condições de *superexploração* que o capitalismo dependente exige, a tensão social é de tal modo agudizada que a mais ínfima concessão às classes subalternas “adquire a feição de uma catástrofe iminente e provoca estados de extrema rigidez estrutural” (FERNANDES, 1972:70), tornando irresistível o fechamento do regime político.

Há algum exagero em concluir pela atualidade de tal diagnóstico? Apenas pareceria necessário ajustá-lo às décadas que nos separam de sua formulação, ou supri-lo a partir do próprio desenvolvimento da virada autoritária. Primeiramente, é necessário precaver-se das tendências sistemáticas de desmobilização política e autocensura, tanto sobre os movimentos sociais e militâncias capilares quanto sobre as práticas de pesquisa em ciências sociais, e a que chamaremos, a partir da fórmula singularmente feliz de Paul Virilio (2010), de *dissuasão civil*. Em segundo lugar, é tempo de se enfrentar mais seriamente a problemática dos fascismos, para além do otimismo voluntarioso com que o pensamento social brasileiro o abordou, desdenhando tratar-se, no país da cordialidade, de “pobres lamentações de intelectuais neurastênicos” (HOLANDA, 2002:187). Será necessária à pesquisa em ciências sociais a coragem intelectual e política para pensá-los não mais como remota possibilidade, mas como possibilidade concreta da reação conservadora.

3. Da sedução do artifício à observação taciturna

O primeiro obstáculo que se impõe às considerações sobre a atualidade dos fascismos encontra-se no ceticismo e nas resistências que espraiam de parte da historiografia social e política do século XX: haveria apenas um *fascismo histórico*, para além do qual quaisquer outros fascismos seriam simples extrapolações mais ou menos acertadas de história comparada, ou exercícios mais ou menos imaginativos de filosofia e sociologia política. Trata-se de interpretação pesadamente literal, ainda sob a leitura de Todorov, que tenderia a produzir, muito como uma literalidade vazia e ritualizada do Holocausto, dificuldades potencialmente perigosas em perceber tendências que lhe fossem exemplares no desenvolvimento social e político contemporâneo (TODOROV, 2004). Inobstante, as manobras teóricas necessárias para falar abertamente em fascismos contemporâneos fazem com que muito de sua abordagem se resigne diante de prefixos, sufixos e adjetivos capazes de produzir um mínimo de suspensão semântica e permitir, desse modo, algum avanço no esclarecimento da análise política: profascismos, parafascismos, semifascismos, pós-fascismos etc. são artifícios de terminologia que, de ordinário, não farão mal algum, permitindo, talvez, atalhos úteis e aceitáveis.

Uma chave particularmente relevante para a consideração dos fascismos contemporâneos é a noção de *fascismo social* conforme proposta por Boaventura de Sousa Santos. Trata-se da forma prognóstica daquilo que, escreve o sociólogo, insinua-se como novo regime social e civilizacional (SANTOS, 2006:333), muito mais fluido e virulento que o fascismo político, esse fóssil histórico, longinquamente inspirador das sínteses criativas da memória social. O fascismo social do século XXI, que sobrevém à crise do contratualismo e das condições da cidadania política moderna, tenderia a dividir a humanidade entre dois grandes grupos; afora uns, eleitos para novas formas de pertencimento político, uma maioria se veria reduzida a um estado hobbesiano de natureza. Esses *ex-cidadãos* formariam o contingente *biodisponível*, consignado definitivamente ao capricho e à imaginação burlesca⁸.

⁸ A expressão, aqui, remete, necessariamente, à vulnerabilidade biológica dos moradores das favelas como dispositivo político, tão evidente no mural que analisamos na seção anterior. Registramos os trabalhos da socióloga Juliana Farias (2007, 2014) como os primeiros, possivelmente, a considerar, na proximidade do pensamento de Giorgio Agamben, a *matabilidade* dos moradores de favelas e sua função estrutural daquilo que a autora denominava *governo de mortes* do Estado fluminense.

Mas o que dizer sobre as tentações desses fascismos hodiernos sobre as práticas de pesquisa em ciências sociais? Certamente, o fechamento do regime é capaz de lançar-se em investidas diretas contra a pesquisa, o que já motivou mais de uma nota de desagravo da Sociedade Brasileira de Sociologia e de suas congêneres em campos disciplinares conexos. É possível ao regime, porém, constranger e achacar pesquisadores a partir de expedientes e artifícios institucionais que seriam, qual a bandeira do “combate à corrupção”, virtualmente irresistíveis *nos termos em que são colocados*. O caso da regulação da ética em pesquisas “envolvendo seres humanos”, em franco desdobramento, no Brasil, é paradigmático⁹. Uma típica querela entre províncias acadêmicas pode ser facilmente instrumentalizada no sentido da repressão de frações específicas das ciências sociais, delimitadas por suas técnicas, objetos, protocolos, autores etc.

Entre as reações de cientistas sociais ao ataque exógeno, a opção da resistência frontal, de ignorar simplesmente as normatizações, ou de denunciar sobre os telhados o caráter não científico da injúria, somente é viável para pesquisadores seniores, talvez para bem poucos entre eles (SCHRAG, 2010:180-181). À maior parte dos pesquisadores em ciências sociais restará socorrer-se em outras estratégias, frequentemente advindas da astúcia e da inventividade, mas que confrontam as práticas de pesquisa com novos riscos e possibilidades. O artifício mais óbvio à disposição desses pesquisadores, por oposição ao luxo da resistência frontal, é a *guerrilha*, o afrontamento contínuo, mas tendente a evitar a batalha a partir da deferência contextual, normalmente cínica, à força que (se) reconhece em vantagem. Embora não se trate, evidentemente, da luta armada contra práticas sociais de existência puramente ideal, esse expediente periga fazer com que toda a pesquisa seja conduzida sob o signo da simulação e do logro: contra os pares, os participantes da pesquisa e todas as instâncias de supervisão e financiamento. Mesmo a possibilidade de encaminhar os protocolos de pesquisa a partir dos silêncios e das falhas das próprias normas a que se deve conformidade terminaria em raciocínio jurisprudencial preventivo e, potencialmente, infinito.

⁹ No Brasil, como vem ocorrendo em outros países, o campo disciplinar das ciências da saúde averba-se a normatização prospectiva do que consiste em procedimento ético ou não quando se lida com seres humanos a partir do controle, pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). A aprovação, pelo plenário da CNS, da Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016 é o desdobramento normativo mais recente de uma controvérsia cujos pormenores já foram apresentados com minúcia em trabalhos do professor Luiz Fernando Dias Duarte (2014; 2015), que milita há décadas na causa da autonomia das ciências humanas e sociais.

Por falar em jurisprudência, outra forma de artifício que tenta a pesquisa em ciências humanas e sociais é o de conduzir a pesquisa exclusivamente a partir das informações disponíveis publicamente ou da atribuição, pelo pesquisador, de uma porção indefinida de seus dados de campo a ocorrências espontâneas e imponderáveis de todo gênero, o que lhe poria a salvo do sistema CEP/CONEP nos termos do art. 1º, incisos III e VII da resolução n. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Alternativamente, seria possível atribuir todas as diligências da pesquisa à qualidade de “etapas preliminares”, a teor do art. 2º, XII do mesmo documento. A esta altura, além de o logro e a simulação se haverem naturalizado por inteiro, o pesquisador estaria com os dois pés dentro da senda lodosa do *stalking* e da pesquisa encoberta¹⁰. A pesquisa, ao buscar para si, pela reivindicação ou pela astúcia, um virtual sigilo de fonte, já haveria degenerado em alguma forma de espionagem ou jornalismo investigativo, à qual sobraria buscar distante alento na possibilidade de ser, ainda, uma *outra espécie* de investigação. Essa personagem da distopia acadêmica, com sua engenhosidade impotente, se descobriria, eventualmente, efigiada no protagonista de certo filme de Alfred Hitchcock.

O último artifício metodológico, decididamente o mais interessante, porque anima uma tradição viva de crítica urbana, é aquele constituído a partir da *flanêrie* oitocentista. Em condições de fascismo social, sob as distopias urbanas do século XXI em zonas do capitalismo dependente e *apartheid* social, porém, seu protagonista manterá quase nada da personagem que um galvanizado Walter Benjamin retratava. Será necessário buscar nas palavras de João Barrento, estudioso e tradutor de sua obra, a viragem que transmudará esse novo *flâneur* em uma figura de desgosto e ressentimento:

Os labirintos do *flâneur* são as ratoeiras do trânsito de hoje (ou os corredores do centro comercial); a floresta onde ele se perde por gosto é a selva que nos consome; à cidade como campo de alegorias que emergem do meio da multidão corresponde o reino sempre-igual dos rostos tristes, abúlicos ou agressivos, das massas híbridas de hoje; o choque produtivo amorteceu na sequência entediante e mortífera de acontecimentos de rotina, mas cresceu quantitativamente; a cidade-texto e palimpsesto gerou espaços de redes saturadas e asfixiantes; a paisagem do inorgânico acentua-se em cenários de pesadelo. (BARRENTO, 2013:109).

¹⁰ É proveitoso aqui, de modo a tensionar e manter a reflexão crítica sobre a ética em pesquisa, visitar a escassa bibliografia que se dedica a temas de pesquisa encoberta. Foi possível encontrar, até o momento, uma coletânea de síntese (BULMER, 1982) e uma monografia bem mais recente, que poderia, facilmente, ser acionada à maneira de um manual (CALVEY, 2017).

A pesquisa que envereda por esse espaço não perpetra qualquer iniquidade, mas consiste em um trabalho de auto-sacrifício ao qual a insinuação de uma violação ética na ordem do procedimento pareceria descabida. No empenho de explorar uma Buenos Aires transformada pelo urbanismo neoliberal no início do século XXI, Beatriz Sarlo buscou o subtexto e as rasuras entre a cidade das *galerías* e a intoxicação monótona dos *shopping centers* de inspiração “retrô”. Sob profundo e confessado ressentimento com aquilo que o neoliberalismo fizera da cidade, Sarlo explora metodologicamente a *flanêrie* maldita de Barrento, marcando a posição deliberadamente não etnográfica de seu programa:

A etnografia urbana sobre Buenos Aires opta, geralmente, por representar aos pobres através de seus próprios discursos, acompanhados de descrições débeis para evitar um problema clássico, o de falar pelo outro. [...] O caminho que segui foi o contrário, e o escolhi conscientemente. Durante quatro anos percorri a cidade tratando de ver e ouvir, mas sem apertar as teclas de nenhum gravador. Levava, quando levava algo, uma caderneta e uma câmera digital, e tomava centenas de fotografias, das quais publico aqui algumas, sem epígrafes. (SARLO, 2010:10).

Chegáramos ao texto de Sarlo em meio às pesquisas exploratórias que permitiram desenvolver algumas das ideias aqui discutidas sobre os processos sociomnemônicos transversos e suas mediações espaciais, quando os destinos ainda divergentes de Rio de Janeiro e Buenos Aires se nos pareciam bem mais atraentes para o estudo comparativo. O que espantava, porém, era a proximidade entre o programa da escritora argentina, propondo deliberadamente a observação taciturna, e maneira pela qual, ainda inconscientemente, por temperamento ou formação, percorríamos a Enseada até à calva do Pasmado, buscando a poesia de uma ruína sabidamente viva.

O modestíssimo protocolo, intrinsecamente mais resistente aos achaques do fascismo social, era bastante simples, e continua a sê-lo. A cada vez que a tormenta começar a ceder, poderemos apresentar mais dessas memórias que Leviatã já acreditaria haver naufragado na entropia de sua húbri.

Referências:

- #StreetArtRio** (portal oficial). Rio de Janeiro. s.d. Disponível em: <<http://streetartrio.com.br>>. Último acesso em 12 de junho de 2017.
- AUGÉ, Marc. **Les formes de l'oubli**. Paris: Payot & Rivages, 2001.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. 2. ed. London: Verso, 1991.
- BARRENTO, João. "Percepção é leitura": a cidade, o olhar, a memória. *In*: **Limiares sobre Walter Benjamin**. Florianópolis: EdUFSC, 2013. p. 85-110.
- BELLAH, Robert Neely. Civil religion in America. *In*: **Beyond belief** - essays on religion in a post-traditionalist world. University of California Press, 1991. p. 168-189.
- BIZARRIA, Júlio. Auto de resistência e bala perdida como fatos sociomnemônicos transversos: sobre morte, memória e luto na metrópole fluminense. (Comunicação). **IV Seminário Fluminense de Sociologia**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 10, 11 e 12 de novembro de 2015.
- _____. **As cinzas do Pasmado**: entre a poesia das ruínas e as cicatrizes de um cartão postal. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2017 (no prelo).
- BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço social & sociedade**. n. 128. São Paulo. Jan./abr. 2017. p. 85-103.
- BULMER, Martin (Ed.). **Social research ethics**: an examination of covert participant observation. London: Macmillan, 1982.
- CALVEY, David. **Covert research**: the art, politics and ethics of undercover field work. London: Sage, 2017.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso e descarga em 10 dez. 2016.
- COSTA, Marcos Rogério Martins. O corpo do manifestante das Jornadas de Junho de 2013: a charge e o editorial da Folha de São Paulo. **Galáxia**. n.33. São Paulo. Set./dez. 2016. p. 158-170.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Práticas de poder, política científica e as ciências humanas e sociais: o caso da regulação da ética em pesquisa no Brasil. **História oral**. V. 17, m. 2, p. 9-29, jul/dez 2014. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=401&path%5B%5D=pdf>>. Acesso e descarga em 10 jun 2016.

_____. A ética em pesquisa nas ciências humanas e o imperialismo bioético no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**. V. 3, n. 5, jan/jun 2015. P. 31-52.

Disponível em:

<<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/viewFile/90/64>>.

Acesso e descarga em 10 jun 2016.

FARIAS, Juliana. Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência. **Teoria e sociedade**. n.15.2. jul-dez. 2007. p. 138-171.

_____. **Governo de mortes**: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014, 266p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FREUD, Sigmund. (2010) O mal-estar na civilização; a dissecção da personalidade psíquica. In: **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras. p. 13-122; 192-223.

FUKS, Julián. As vozes das ruas dizem tudo e nada. **IDE**. v. 36. São Paulo. Jan. 2014. p. 17-23.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: PUF, 1952.

_____. **La mémoire collective**. 12. ed. Paris: PUF, 1968.

HOBBSAWM, Eric J. Introduction: inventing traditions. In: **The invention of tradition**. Cambridge (Reino Unido): Cambridge University Press, 1983. p. 1-14.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HUYSSSEN, Andreas. **Present pasts**: urban palimpsests and the politics of memory. Stanford: Stanford University Press, 2003.

_____. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014.

IZQUIERDO, Ivan. **A arte de esquecer**: cérebro e memória. 2 ed. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2010.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

KOLHAAS, Jeroen; URHAHN, Dre. **Favela Painting Project** (portal oficial). s/l. s/d. Disponível em: < <http://www.favelapainting.com/page/favelapainting>>. Último acesso em 12 de junho de 2017.

LYOTARD, Jean-François. (2011) **A condição pós-moderna**. 14. Ed. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio.

MAGROU, Jean. **Poésie des ruines**. s/l. 1910. Escultura em mármore.

MIDDLETON, David; BROWN, Steven. Territorialising experience: Maurice Halbwachs on memory. In: **The social psychology of experience: studies in remembering and forgetting**. London: Sage, 2005. p. 34-56.

NIETZSCHE, Friedrich W. Segunda dissertação: “culpa”, “má consciência” e coisas afins. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução de Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007. p. 47-86.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto história**. n. 10. São Paulo: Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1993, p. 7-29.

OAKIM, Juliana. **“Urbanização sim, remoção, não”**: a atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970. Niterói, 2014, 217p. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense.

ORFEU Negro. (1959) Direção: Marcel Camus. Produção: Sacha Gordine. Intérpretes: Breno Mello (Orfeu), Marpessa Dawn (Eurídice), Ademar da Silva (Tanatos) e outros. Trilha Sonora: Luiz Bonfá e Antônio Carlos Jobim. França; Brasil; Itália. 1 (um) disco óptico compacto de vídeo digital, DVD (112min). Letterbox 4:3, cor. Continental.

PEREIRA, Anthony W. **Political (in)justice: authoritarianism and the rule of law in Brazil, Chile and Argentina**. Pittsburgh: The University of Pittsburgh Press, 2005.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1989.

RICŒUR, Paul. **La mémoire, l’histoire, l’oubli**. Paris: Editions du Seuil, 2000.

RODRIGUES, Fernanda da Silva Figueira. **Registros de memória em arte fugaz: o graffiti das casas-tela do Museu de Favela (2010-2014)**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, 2015, 264p. Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social. In: **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3 ed. São Paulo: Cortez. p. 317-362.

SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. **E por falar em FAFERJ... Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro (1963-1993)** — memória e história oral. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, 2009, 231p. Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

SARLO, Beatriz. **La ciudad vista**: mercancias y cultura urbana. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

SCHRAG, Zachery. Accommodation or resistance? *In*: **Ethical imperialism**: institutional review boards and the social sciences. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2010. p. 161-186.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013 — classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos**. n. 97. São Paulo. Nov. 2013. p. 22-40.

TODOROV, Tzvetan. **Les abus de la mémoire**. Paris: Arléa, 2004.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VARO, Lila. Favela Santa Marta em constante transformação através das cores e da arte. **Mistura urbana**. 13 out. 2014. s.l. s.d. Disponível em: <<http://misturaurbana.com/2014/10/favela-santa-marta-em-constante-transformacao-atraves-das-cores-e-daarte/>>. Último acesso em 12 de junho de 2017.

VIRILIO, Paul. **L'administration de la peur**: entretien mené par Bertrand Richard. Paris: Textuel, 2010.

WEINRICH, Harald. **Lethe**: the art and critique of forgetting. Tradução de Steven Randall. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

WHITEHEAD, Anne. (2009) **Memory**. New York: Routledge.

ZÉ KÉTI; NARA LEÃO; JOÃO DO VALE. Show opinião. São Paulo: Philips, 1965. 1 (um) disco sonoro long play (46 min).